

continuação

16. Receita Líquida de Vendas:		Consolidado		
	2023	2022		
Receita de serviços prestados	113.066	96.683		
(-) Impostos sobre os serviços	(4.127)	(3.536)		
(-) Descontos concedidos	(6)	-		
Total	108.933	93.147		
17. Custos dos Serviços Prestados:		Consolidado		
	2023	2022		
Mão de obra direta	(15.856)	(13.769)		
Depreciação e Amortização	(12.574)	(10.054)		
Materiais e Serviços para a operação	(8.208)	(6.688)		
Insumo e Produtos químicos	(3.684)	(3.905)		
Outros custos	(2.414)	(2.295)		
Total	(42.736)	(36.711)		
18. Despesas por Natureza:		Consolidado		
	Controladora	2023	2022	
	2023	2022		
Pessoal	(39)	(17)	(6.346)	(4.747)
Depreciação e amortização	(42)	(151)	(2.473)	(2.354)
Comerciais	(277)	(366)	(1.144)	(1.349)
Serviços prestados por terceiros	(17)	(36)	(654)	(414)
Taxas e contribuições	(126)	(214)	(366)	(318)
Energia elétrica, Água, Telefone e Internet	(445)	(284)	(2.247)	(2.055)
Honorários advocatícios	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
Outros	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Gerais e administrativas	(42)	(151)	(6.346)	(4.747)
Com pessoal	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
Comercial	(902)	(917)	(7.047)	(6.704)
Total	(944)	(1.068)	(15.039)	(13.282)
19. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais:		Consolidado		
	Controladora	2023	2022	
	2023	2022		
Outras receitas operacionais	-	-	460	371
Venda de imobilizado	-	27	-	-
Indenização por rescisão de contrato (i)	-	-	-	5.895
Outros	-	-	16	-
Total	-	27	476	6.266
Outras despesas operacionais	(440)	-	(1.389)	(5.693)
Baixa de imobilizado	19	-	(79)	242
Ganho (Perdas e prejuízos)	(421)	-	(1.482)	(5.451)
Outros (outras despesas)	(421)	-	(1.482)	(5.451)
Total	(421)	27	(1.006)	815

(i) Ao decorrer do exercício de 2021 um cliente com contrato relevante junto a controlada GWRB comunicou a descontinuidade de suas atividades industriais no Brasil, situação que resultou em rescisão contratual antecipada no valor de R\$5.895 (cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil) ocorrida efetivamente no mês de janeiro de 2022 e a baixa de imobilizado não recuperável referente ao contrato no valor de R\$5.693 (cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil).

Aos Diretores, Administradores e Acionistas da **General Water S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidada, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis manuais. Em nosso opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todas as aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da General Water S.A, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** (i.e.: Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar suas operações).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas					
20. Resultado Financeiro Líquido:					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Aplicação financeira	215	519	2.647	3.354	
Multa e juros	-	-	74	95	
Variação Cambial	-	-	2	-	
Descontos obtidos	-	-	34	-	
Total de receitas financeiras	215	519	2.757	3.451	
Tarifas bancárias	(2)	(12)	(27)	(23)	
Juros	-	(143)	(357)	(722)	
IOF	(7)	-	(116)	(23)	
Total de despesas financeiras	(9)	(145)	(500)	(768)	
Resultado financeiro líquido	206	374	2.257	2.683	
21. Tributos sobre Lucro:					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	109.597	94.749	
Recebimento de clientes	-	-	35.071	30.320	
Lucro Presumido (32%)	-	-	3.955	3.024	
Recetta financeira	182	530	3.955	3.024	
Outros resultados	-	27	-	324	
Lucro tributável	182	557	39.026	33.668	
IRPJ (25%)	(29)	(118)	(9.644)	(8.313)	
CSLL (9%)	(16)	(50)	(3.512)	(3.036)	
Diferença entre lucro e contribuição social diferido	(46)	(168)	(13.157)	(11.349)	
IRPJ e CSLL (Correntes)	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	3.463	2.054	
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	1.108	657	
Lucro Presumido (32%)	-	-	3.955	3.024	
Recetta financeira - diferença caixa x competência	34	(11)	(788)	447	
Lucro tributável	34	(11)	320	1.104	
IRPJ (25%)	(3)	3	(73)	(277)	
CSLL (9%)	(3)	1	(29)	(99)	
Diferença entre lucro e contribuição social diferido	(6)	4	(102)	(376)	
IRPJ e CSLL (Diferidos)	-	-	-	-	
22. Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais:					
As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, ascertadas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo amortizado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.842	220	11.617	8.727
Aplicação financeira	4	804	2.337	6.401	14.872
Contas a receber	5	-	-	16.427	13.033
Total		2.646	2.557	34.445	36.632
Custo amortizado					
Passivo financeiros					
Fornecedores	8	79	184	2.452	2.539
Arendamento mercantil	9	-	-	4.646	5.400
Total		79	184	7.098	7.939
22. Instrumentos Financeiros: b) Considerações gerais:					
As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, ascertadas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:					

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relativos para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar-

b) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. c) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. d) Risco de crédito: A Sociedade e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas por conta de receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber	16.427	13.033
Ativos	16.427	13.033

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. e) Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Sociedade e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. f) Risco de Mercado: A Sociedade está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros. g) Risco de exposição às variações cambiais: A Sociedade não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. 23. Cobertura de Seguros: A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas e de terceiro. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. A especificação por modalidade de risco e a importância, de acordo com a apólice de seguro contratada pela Sociedade, está demonstrada a seguir:

	Cobertura	Prêmio	Vencimento
Aeroportuário	30.000.000	21.153	01/01/2024
Responsabilidade civil geral	30.500.000	20.184	18/12/2024
Responsabilidade civil - D&O	12.000.000	8.303	26/04/2024
Patrimonial	4.598.320	3.233	03/01/2024
Frota Leve	6.400.000	88.455	30/07/2024
Frota Pesada	3.427.800	95.050	30/08/2024
Equipamentos	855.000	11.624	04/08/2024

24. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela diretoria em 8 de março de 2024.

Administração	
Fernando de Barros Pereira	Diretor Presidente
Matheus André Facchetti Mazzi	Diretor Financeiro
Rafael Zamperlin Agostinho	Contador - 1SP323815/O-0

nosso opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2024.
Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8
José Ricardo Farah Gomez - Contador - CRC nº 1 SP 218398/O-1

**Central Gerador Fotovoltaico Monte Verde Solar II S.A.**
CNPJ/MF nº 41.813.223/0001-55 - NIRE 35.300.567.811

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2024

1. Data, Hora e Local. Realizada em 05 (cinco) de março de 2024, às 13h00min, na sede social da **Central Gerador Fotovoltaico Monte Verde Solar II S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, Sala 41, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Dispensada a publicação de decisão de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista representante da totalidade do capital da Companhia, conforme se assevera constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa.** Assumiu a presidência o secretário da mesa da assembleia o **Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre **(i)** o aumento de capital social da Companhia; **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, a acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Aprovar o aumento de capital social na Companhia em R\$ 123.452.339,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais), mediante a emissão de 123.452.339 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil, trezentas e trinta e nove) novas ações, ao preço de emissão no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado de acordo com o disposto no inciso II do §1º, do Artigo 170, da LSA, de forma que o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 45.727.310,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e dez reais) para R\$ 169.179.649,00 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais). **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parterre, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.941.188/0001-90 ("CNPI/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.531.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como **Anexo 1.5** ("Fórmula"). **5.3.** Em face do aumento de capital aprovado acima, a acionista resolve aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"ARTIGO 5º** O capital social é de R\$ 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional." **5.4.** Em virtude da deliberação acima, a Acionista decide consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a ser redigido conforme Anexo II a esta ata. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: **Mesa:** Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Daballo e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Declaro que a presente é cópia fiel extrato original. São Paulo, 05 de março de 2024. **Mesa:** Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. JUCESP nº 103.247/24-5 em 13/03/2024. Maria Cristina Feil - Secretária Geral. **Anexo II: Estatuto Social: Capítulo I: Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º** Sob denominação de **Central Gerador Fotovoltaico Monte Verde Solar II S.A.** ("Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 41, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Monte Verde II, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Capítulo II: Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social é de R\$ 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais), dividido em 169.179.649 (cento e sessenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **Capítulo III: Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: **(i)** Aumento do capital social; **(ii)** Alteração do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários convertíveis em ações da Companhia; **(iv)** Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; **(v)** Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(vi)** Alteração da política de dividendos da Companhia; **(vii)** Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; **(viii)** Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; **(ix)** Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; **(x)** Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra operação de reorganização societária; e **(xi)** Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. **Artigo 9º** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Acordo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 20 (vinte) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência

Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF nº 11.694.618/0001-15						
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A receita líquida atingiu R\$ 20.133 milhões de reais em 2023 e era de R\$ 22.129 milhões de reais em 2022. A Companhia aprovou um lucro líquido de R\$ 1.570 milhões de reais em 2023, comparado a um lucro líquido de R\$ 6.082 milhões de reais no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido era R\$ 50.968 milhões de reais. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. A ADMINISTRAÇÃO			Demonstração do resultado			
					31/12/2023	31/12/2022
			Receita líquida de vendas		20.133	22.128
			Custo do serviço de energia elétrica		(16.127)	(18.746)
			Lucro bruto		4.006	3.383
			Despesas gerais e administrativas		(2.413)	(2.448)
			Outros ganhos (perdas), líquidos		(56)	5.254
			Lucro operacional		1.537	6.189
			Resultado financeiro			
			Receitas financeiras		3.623	3.374
Despesas financeiras		(1.887)	(1.620)			
		1.736	1.754			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.273	7.943			
Imposto de renda e contribuição social		(1.703)	(1.861)			
Lucro líquido do exercício		1.570	6.082			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido					Lucros	Total do
					Capital social	patrimônio líquido
					(prejuízos) acumulados	
Em 01 de janeiro de 2022					90.885	77.816
Lucro líquido do exercício					6.082	6.082
Redução de capital					(34.500)	(34.500)
Em 31 de dezembro de 2022					56.385	49.398
Lucro líquido do exercício					1.570	1.570
Em 31 de dezembro de 2023					56.385	50.968
Diretor: Daniel Pastro						
Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8						